

# TRABALHO E EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES NO ÂMBITO ESCOLAR

## *Work and education: implications in the school environment*

SILVA, Maria Rita Santos da<sup>1</sup>

OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de<sup>2</sup>

SILVA, Elenize Cristina Oliveira da<sup>3</sup>

### RESUMO

Elaborado como decorrência de pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, este artigo discute a problemática inerente às relações entre trabalho e educação, vinculando essas categorias aos processos produtivos e suas implicações no âmbito escolar. Trata-se de uma análise crítico-reflexiva sobre as transformações no mundo do trabalho e da educação decorrentes, sobretudo, dos avanços técnico-científicos, da reestruturação do sistema de produção capitalista. Na organização do texto, o referencial teórico utilizado aborda em tópicos as temáticas trabalho e educação; a relação trabalho, educação e escola na sociedade capitalista; e as implicações do processo produtivo na educação escolar. Os resultados do estudo apontam a importância de uma educação escolar que busque a superação da alienação e assuma responsabilidades quanto às condições de existência e às interações sociopolítico-econômica e cultural.

**Palavras-chave:** Trabalho e educação. Processos produtivos. Educação escolar.

### ABSTRACT

Prepared as a result of bibliographic research, exploratory, this article discusses the problems inherent in the relationship between work and education, linking these categories to production processes and their implications in the school. This is a critical and reflective analysis of the changes in the world of work and the resulting education, especially the technical and scientific advances, the restructuring of the capitalist production system. In the elaboration of this paper, the theoretical approach utilized addresses in topics the thematic work and education; the relationship between work, education and school in the capitalist society; and the implications of the production process in school education. The study results indicate the importance of education that seeks to overcome the alienation and assume responsibility for the conditions of existence and socio-political-economic and cultural interactions.

**Keywords:** Work and education. Productive processes. School education.

---

<sup>1</sup> Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação (FACED) da UFAM. E-mail: <mariarita.dmt@gmail.com>.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Associada 3 da FACED e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFAM. E-mail: <selmabacal@ufam.edu.br>.

<sup>3</sup> Doutoranda e Mestre em Educação pela UFAM. Professora Classe C-III da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: <elenize\_oliveira@yahoo.com.br>.

## INTRODUÇÃO

O interesse em realizar esta pesquisa teórica consiste em discutir a problemática inerente às relações entre trabalho e educação, sobretudo, as implicações do processo produtivo no âmbito escolar, visto que, no atual estágio do sistema capitalista, seus pressupostos têm influenciado na elaboração de políticas voltadas à educação escolar. Diante de uma sociedade capitalista, as inquietações que permeiam o mundo do trabalho e da educação escolar decorrentes, sobretudo, dos avanços técnico-científicos, da reestruturação do sistema de produção capitalista e das políticas educacionais pautadas nas orientações de organismos internacionais têm sido discutidas por autores como: Arendt (2014), Antunes (2011), Braverman (2014), Ferretti (2013), Machado (2013), Mészáros (2008), Oliveira (2007). Também, Saviani (2007, 2013) e Frigotto (1994), entre outros.

As discussões evidenciam, também, que as demandas de uma sociedade capitalista colocam a escola como fio condutor indispensável para atender às necessidades do mundo do trabalho. Em contraposição, os referidos autores destacam a necessidade de uma educação básica com formação integral, a qual deve se voltar para a superação da alienação inerente à ordem social capitalista, tornando conscientes os sujeitos do processo educativo em sentido amplo, de tal forma que haja o reconhecimento e a responsabilidade pela manutenção ou mudança inerente à visão de mundo, de sociedade e de homem e, conseqüentemente, das condições de existência e interações sociopolítico-econômica e cultural.

Para melhor compreensão da abordagem teórica, este artigo é composto por três subtemas: as práticas trabalho e educação; relação trabalho, educação e escola na sociedade capitalista; as implicações do processo produtivo na educação escolar.

## AS PRÁTICAS TRABALHO E EDUCAÇÃO

Trabalho é uma atividade que diz respeito à ação humana, pois segundo Arendt (2014, p. 9, 11), “[...] A condição humana do trabalho é a própria vida. [...] O trabalho assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie”. Não obstante, na vida do homem e da natureza há uma relação constante de movimento, de caráter histórico que implica considerar que nada é para sempre, pois todas as práticas mudam, notadamente, no âmbito do trabalho e da educação que integram a condição de sobrevivência do ser humano em qualquer sociedade.

Sobre a categoria trabalho, Nosella (2002) expõe que, etimologicamente, o termo deriva do vocábulo latino *tripalium* (três paus), instrumento de tortura utilizado na Roma Antiga quando as relações de produção da vida eram escravistas, um modo de existência em que havia desprezo pelo trabalho manual, pois era exercido por escravos. O autor salienta que da prática de tortura dos escravos com o *tripalium*, originou-se a palavra trabalho, utilizada desde aquela época para designar as práticas históricas e produtivas das quais o ser humano necessita para viver.

Ao compreender a concepção de trabalho enquanto ação do homem que transforma os materiais dispostos pela natureza em instrumentos de trabalho, de sobrevivência

e de riqueza, constata-se que o processo histórico das relações de produção é enriquecido pela existência de diversas formas sociais (escravismo, feudalismo e capitalismo), de onde se originam a dominação no processo de trabalho em determinadas condições contextuais. Nesse sentido, observa-se que a organização de qualquer sociedade confirma que o trabalho ocupa o centro da existência humana e está presente em todas as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais.

A categoria educação tem sua origem em *educacione*, termo latino para designar o ato de educar que, segundo o dicionário Aurélio, expressa entre outros significados o ato de se cultivar algo. Esta, entre outras acepções, quer dizer adquirir cultura, apropriação daquilo que os homens produzem. (FERREIRA, 1999).

A ideia de apropriação e produção da cultura, ao longo do contexto histórico, tem sido concebida a partir da transmissão de conhecimento e de valores repassados de uma geração para outra por meio do ato de ensinar e aprender. No contexto atual, essa ideia tem se mostrado desafiadora para os educadores porque supera visões limitadas e reconhece que todos os homens podem se apropriar, produzir e reproduzir cultura com a compreensão de que o ato de ensinar e aprender, bem como seus fins, consubstancia-se nas relações de poder que perpassam pela ação humana, no âmbito de suas práticas, sendo os critérios da ação e da educação eminentemente políticos. (SAVIANI, 2007).

Nessa perspectiva, a prática educativa tem a ver com as contingências políticas vividas pelos seres humanos no contexto de cada período histórico. Ao analisar o contexto histórico a respeito das práticas dos seres humanos, com foco nas ações educativas, três grandes concepções se destacam na abordagem de Severino (1994): a essencialista, a naturalista e a histórico-social.

A visão essencialista pressupõe a existência ideal do ser humano e demanda da educação escolarizada a adaptação do educando a essa essência. Essa concepção pode ser chamada de metafísica, decorre do entendimento de que a educação requer o desenvolvimento da essência até chegar à perfeição. Essa abordagem é encontrada na educação jesuítica, com predominância na Antiguidade Clássica Greco-Romana, na Idade Média.

A visão naturalista tem ênfase nas características biológicas, o ser humano aparece como sujeito passivo e receptivo das determinações postas pelo mundo, sendo *concebido* como organismo regido pelas leis da natureza em que a razão é tida como uma dimensão natural que privilegia o empírico, pois o conhecimento adquirido pela experiência possibilita ao ser humano conhecer a si mesmo e ao mundo. Essa abordagem demanda da escola o desenvolvimento das “potencialidades físico-biológicas e sociais [...] e adequação às leis da natureza que regulam a vida”. (SEVERINO, 1994, p. 35). Tal concepção permeia as contribuições de pensadores como Roger Bacon, John Locke, David Hume, Immanuel Kant, Isaac Newton, Auguste Comte, entre outros.

A terceira busca superar as duas anteriores, trata-se da concepção de que homem é visto como um ser histórico. Nessa perspectiva, o homem não realiza uma existência previamente traçada, tão pouco determinada pela natureza, mas produz pelo trabalho, na relação com outros homens.

Alinhada à terceira concepção de homem, evidencia-se que as práticas trabalho e educação, intrinsecamente humanas, buscam compreender questões sobre a relação entre essas práticas, suas intencionalidades, os resultados das mudanças que sofrem; o que retrata o modo de existência, a educação e sua relação com o mundo do trabalho. Isso implica no entendimento de que o caráter de intencionalidade carrega o jogo das relações históricas de produção, cuja finalidade depende das decisões dos seres humanos organizados em sociedade, onde as práticas de trabalho e educação são parte integrante dos interesses dessa sociedade.

## **RELAÇÃO TRABALHO, EDUCAÇÃO E ESCOLA NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

Há cerca de 200 mil anos antes de Cristo o *homo sapiens* deixava vagarosamente de pertencer à natureza para se transformar em um produtor de instrumentos, de cultura, de tecnologias e de relações sociais, passando a ser um explorador da natureza. Como destaca Saviani (2007), os instrumentos manifestam o que os seres humanos são capazes de produzir, são constituidores da própria história humana. De acordo com o autor

[...] a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem (SAVIANI, 2007, p. 154).

Nesse modo de existência, a educação se realizava ao mesmo tempo em que se trabalhava, não havendo a necessidade de instituição ou lugar especial para o ensino e a aprendizagem. Não havia, portanto, educação escolarizada, sendo expresso que “educação é vida” e não “preparação para a vida” (SAVIANI, 2007, p. 154).

O trabalho, enquanto categoria essencialmente humana, permitiu ao homem transformar a natureza de forma a adaptá-la às suas necessidades de sobrevivência. Sua produção material e simbólica, com o passar dos séculos, foi adquirindo uma forma bastante complexa, chegando ao ponto de necessitar de uma instituição preparada especificamente para a sistematização e transmissão dos saberes historicamente acumulados, o que deu origem à escola. Em outras palavras, a educação sempre esteve ligada aos modos de produção, mas a função de formar mão de obra lhe foi imposta pelo capitalismo, como afirma Enguita (1993).

Com a ascensão da burguesia e a instauração e evolução do sistema capitalista, ocorre o acirramento da divisão social de classes, agora diferenciadas fundamentalmente entre duas nomenclaturas: a classe burguesa e a classe proletária. Como toda instituição social, a escola, nesse contexto, também reflete, em sua base de organização, as contradições estruturais do sistema vigente.

No contexto atual, a relação trabalho e educação tem sido foco de atenção com vários pontos de vistas, sendo apresentada neste artigo sob o enfoque que permeia o contexto de uma sociedade capitalista, resultante da divisão social do trabalho em que

a educação escolar tem sofrido implicação direta com as demandas dessa sociedade. Vale salientar que no decorrer da história da humanidade, assim como a categoria trabalho, a educação também sofre mudanças incorporando sentidos diversos.

Pode-se considerar que, antes da divisão social de classes, o ser humano se diferencia dos demais seres da natureza pela capacidade de construir-se historicamente e usufruir o que o trabalho pode propiciar, enquanto ação planejada, para identificar o melhor meio de resolver as situações vivenciadas na prática social, na busca de transformação da natureza, de si mesmo e do meio onde interage e age. Inicialmente, no decorrer da história da humanidade, o homem intervém na natureza para produzir e satisfazer as suas próprias necessidades básicas e, com isso, criava e recriava conhecimento em prol de sua sobrevivência, diferentemente da realidade contemporânea em que o homem vende sua força de trabalho em troca de um salário que não corresponde às suas reais necessidades.

Braverman (2014), ao tratar sobre a concepção de trabalho com vistas à utilização dos recursos materiais da natureza, discorre que “o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade [...] partilha com os demais a atividade de atuar sobre a natureza de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades” (BRAVERMAN, 2014, p. 49). Dessa maneira, torna-se evidente que o trabalho, enquanto atividade consciente, é capaz de modificar a realidade, de maneira que vai além da capacidade instintiva, como é o caso dos animais, pois é potencialidade somente da espécie humana.

Cada nova geração se apropria dos resultados das atividades das gerações anteriores, enquanto processo de inserção na continuidade da história das gerações. Marx e Engels (1979, p. 56, 70) expõem que em cada uma das fases da história:

[...] encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e entre os indivíduos, que cada geração transmite à geração seguinte [...] as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias.

Assim, o ser humano forma-se, apropriando-se dos resultados da história social, ou seja, sua formação ocorre por meio da relação com outros indivíduos que atuam como mediadores entre ele e o mundo e a atividade humana materializada de diferentes formas no conjunto das relações sociais. É essa relação com o outro que propicia as condições ideais ou não de tornar-se humano.

Cabe assinalar que, na atual conjuntura social, a formação do ser humano ocorre por meio de um processo educativo, seja dentro ou fora do âmbito escolar. Na visão de Saviani (2013), a educação institui-se no conjunto das relações sociais e do trabalho e tem a função de responder às necessidades postas pelo mundo do trabalho a cada momento histórico e que trabalho e educação são elementos complementares, atividades especificamente inerentes à existência humana.

Notadamente, a partir da década de 1960, com as ideias da “Teoria do Capital Humano”, a educação passou a ser entendida como aspecto decisivo para o desenvolvimento econômico. Diante de tal teoria, Saviani (2013) postula sobre uma “estreita ligação entre educação (escola) e trabalho; isto é, considera-se que

a educação potencializa trabalho, uma vez que a educação é funcional ao sistema capitalista, enquanto qualificadora da mão de obra” (SAVIANI, 2013, p. 151).

Nesse sentido, o caráter econômico do trabalho foi dissociado do seu caráter ontológico, pois a relação de identidade entre o trabalho e a transmissão dos conhecimentos oriundos dele foi adequada aos interesses das classes originadas na transformação dos modos de produção. Isso permite perceber que antes a educação voltada para todos pelo trabalho passou a ser uma educação de alguns para o trabalho, que no decorrer do desenvolvimento e transformação dos modos de produção foi apresentando uma divisão social e técnica cada vez mais acentuada.

Ao discorrer sobre essa separação entre trabalho e educação, Saviani (2007) afirma que a partir do escravismo da antiguidade foi possível identificar duas modalidades distintas de educação: uma para os homens livres (proprietários) e outra para os escravos (não proprietários), sendo que para os primeiros a formação privilegiava as atividades intelectuais, a arte da palavra e os exercícios físicos, enquanto a outra classe aprendia o trabalho no próprio trabalho. Da modalidade de educação dos proprietários originou-se a escola, palavra que tem origem no grego e significa lugar do ócio, portanto, destinada aos que tem tempo livre.

Essa divisão entre trabalho manual e intelectual embasa a primeira constante no pensamento educacional, dentre outras apontadas por Enguita (1993), o idealismo, embora destaque o autor que a educação é marcada por descontinuidades. Pontua, ainda, que aos escravos cabiam os trabalhos manuais porque, de acordo com a cultura daquele momento histórico, não eram considerados homens.

Diante desse processo de institucionalização da educação, Saviani (2007) prossegue afirmando que a substituição do modo de produção escravista pelo modo de produção feudal indicou diferenciação na forma de produzir, mas a manutenção da divisão social entre proprietários e não proprietários foi mantida, bem como a diferenciação da formação dessas classes.

O referido autor expõe que a educação formal, no feudalismo, aproximou-se das características da escola grega e lembra que a institucionalização da educação, ou seja, sua separação da prática produtiva, coincidente com a divisão de classes, demarcou a existência de caminhos educacionais diferenciados para a classe proprietária e para a classe trabalhadora (SAVIANI, 2007). A partir da época moderna, com os ideais de universalização, laicidade e gratuidade da educação, plantados pela revolução burguesa, a escola, que em períodos anteriores era espaço só de proprietários, passa a ser também lugar da classe trabalhadora, justamente por entender que a educação, ou qualquer outro aspecto da vida social, não pode ser separada do contexto em que surge, reitera a existência de propostas pedagógicas contrárias entre burguesia e proletariado.

O acesso à educação escolar pelos trabalhadores constitui-se como uma necessidade advinda dos avanços do modo de produção em uma sociedade capitalista, cujas ideias dominantes não são nada mais do que a expressão das relações materiais dominantes. Portanto, a educação, como uma das dimensões da vida social, ao trabalhar com o conhecimento sistematizado, consubstancia-se em um dos elementos de perpetuação dessas ideias.

Diante do modo de produção capitalista, a sua classe proprietária, a burguesia, passa a “[...] dominar a natureza através do conhecimento metódico, e converte a ciência, que é um conhecimento intelectual em potência material por meio da indústria” (SAVIANI, 2007, p. 96). Conseqüentemente, a partir da época moderna, o conhecimento sistemático (expressão letrada) generaliza-se, dadas as condições da vida urbana.

Seguindo esse contexto histórico, na sociedade capitalista, a burguesia coloca a exigência da universalização da escola básica. Há um conjunto de conhecimentos básicos que envolvem o domínio dos códigos escritos, que se tornam relevantes a todos. Com a importância da sistematização do conhecimento, a escola passa a ser condição para o acesso ao modo de produzir dessa sociedade.

Diante desse modo de produção, a educação escolar foi sendo adequada ao modelo dual. Desse modo, reitera-se o fato de que a dominação da riqueza material está aliada à dominação da riqueza intelectual. Entretanto, apesar de hegemônica, essa defesa coexiste com contrapropostas de educação da classe trabalhadora. (FRIGOTTO, 1994).

Saviani (2013), Frigotto (1994), Machado (2013), entre outros teóricos, consideram que educação e trabalho são as duas bases do desenvolvimento econômico e social dos países periféricos, sendo a primeira a categoria central no debate, tendo em vista as transformações no mundo do trabalho e a reestruturação produtiva ocorrida nas últimas décadas, geradora dos problemas que afligem a humanidade. Diante das transformações no mundo do trabalho, Oliveira (2007, p. 17) salienta que:

A sociedade de modo geral e os trabalhadores, em particular, assistem a um intenso debate a respeito dos impactos das novas tecnologias e de outras formas de organização do processo produtivo que se denomina, historicamente, de trabalho. Tal debate é movido por um conjunto de preocupações, dentre as quais se destacam as relacionadas às condições de trabalho, de emprego e de salários e as relacionadas à escolaridade e à qualificação, cuja problematização pressupõe uma contextualização da produção, sua localização no espaço e no tempo.

Nesse processo, o desenvolvimento e as manifestações dessa revolução tecnológica foram moldados pelas lógicas e interesses do capitalismo avançado. Assim, a reestruturação produtiva, acompanhada da introdução de novas tecnologias, desencadeou uma série de conseqüências sociais que afetaram os trabalhadores nos processos de trabalho, bem como nas demandas da educação escolar. Como destaca Valle (2009, p. 98):

Os impactos produzidos pelas mudanças tecnológicas e, fundamentalmente, pela racionalização do processo produtivo e pelas novas técnicas organizacionais – menor verticalização, ampliação das tarefas, maior autonomia e responsabilidade. [...] Os processos de reestruturação produtiva e de globalização da economia que transformam rapidamente o mundo do trabalho repercutem sobre a formação profissional dos trabalhadores.

Diante do exposto, é perceptível que com a inserção das novas tecnologias é evidenciado o atraso da educação escolar, pois os estudos sobre os impactos, conforme sinaliza Machado (2013), pressupõem domínio da técnica com

cultura científica e discernimento político que resultem numa nova capacidade organizacional do trabalho humano. Isso requer novas possibilidades de utilizar esses instrumentos para sistematizar os processos e a organização educacional e uma reestruturação da função social da educação escolar.

## **O PROCESSO PRODUTIVO E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho intensificadas a partir dos anos 1990, com a mundialização da economia, a reestruturação produtiva e as mudanças na relação entre Estado e sociedade civil a partir do neoliberalismo, novas demandas são exigidas à educação escolar. A crescente incorporação da ciência e da tecnologia aos processos produtivos e sociais, a serviço dos processos de acumulação do capital internacionalizado, configura uma aparente contradição: quanto mais se simplificam as tarefas, mais se exige conhecimento do trabalhador e, em decorrência, ampliação de sua escolaridade.

Mészáros (2008) demonstra que os processos educacionais e os processos sociais estão diretamente ligados, pois estão sob o controle do sistema capitalista com implicações profundas no sistema educacional. Ao destacar sobre a viabilidade de mudanças, o autor discorre que “a educação não pode ser encerrada no terreno estrito da pedagogia, mas tem de sair às ruas, para os espaços públicos e se abrir para o mundo” (MÉSZÁROS, 2008, p. 9-10).

Trata-se de conceber uma educação antagônica às orientações advindas do sistema capitalista, tornando-se possível porque esse sistema não é estático, cujas contradições são evidenciadas, convertendo-o cada vez mais em um sistema destrutivo de direitos adquiridos. No século XXI, a classe trabalhadora vivencia as relações históricas e sociais expressas nos modos de produção de uma sociedade capitalista na qual, notadamente, há um amplo processo de reestruturação produtiva em curso, acirrando contradições, produzindo ideologias e intensificando as formas de alienação e estranhamento do trabalho, tendo como eixo condutor as políticas públicas globais.

Tedesco (2012) salienta que as políticas públicas educacionais globais, nível macro, enfocam a educação por resultados, mas com baixos custos para o capital, exercendo movimento contraditório entre a realidade educacional (micro) e as políticas públicas educacionais (macro). Isso gera um estado de insatisfação no âmbito das práticas educacionais, quanto às condições de trabalho, bem como ao retorno financeiro para suprir as necessidades básicas.

Antunes (2011), ao discorrer sobre as condições de trabalho em que o profissional está inserido, analisa que: “Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado” (ANTUNES, 2011, p. 124).

Em uma sociedade capitalista como a do Brasil, onde se presencia um quadro crítico das desigualdades sociais, Saviani (1994) e Gadotti (2010) alertam que, sendo a escola um instrumento de reprodução dessa sociedade, necessariamente, reproduz a dominação e a exploração na forma como conduz o desenvolvimento educativo.



Os autores enfatizam que é preciso superar esse quadro caótico, predatório, com uma escola que exerça a função social ampliada, promova a compreensão das condições históricas, socioeconômicas e culturais. Trata-se de promover o homem, oferecendo-lhe as condições necessárias ao entendimento contextual da sociedade, visto que a reestruturação produtiva acompanhada da introdução de novas tecnologias desencadeia uma série de consequências sociais que afetam os processos de trabalho com implicações na qualificação formativa, nas condições de trabalho e nas interações sociais.

Atrelado a esse contexto, “[...] é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 27). Assim, a relação entre trabalho e educação, mediada no taylorismo/ fordismo por modos de fazer pela força física, pelas mãos ou por habilidades específicas que demandavam coordenação fina ou acuidade visual, passa a desencadear novos encaminhamentos educativos com ênfase na habilidade e competência (ROPÉ; TANGUY, 1997).

Nessa linha de pensamento, Ferretti (2013, p. 258) sinaliza que a noção de competência, segundo a perspectiva do capital, “representa a atualização do conceito de qualificação, na busca de adequá-lo às novas formas pelas quais este se organiza para obter maior e mais rápida valorização”.

Nota-se que a mudança dos procedimentos rígidos para os flexíveis requer o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas e comportamentais. Busca aliar diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, o que exige novas formas de educação escolar.

Na compreensão de Carneiro (2014), os organismos mundiais, entre os quais o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), foram os grandes mentores das mudanças ocorridas na educação escolar, nessas últimas décadas, com vistas aos interesses das forças hegemônicas. No Brasil, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, proveniente da Conferência de Jomtien, Tailândia, em 1990, desencadeou mudanças constitucionais, entre outras ações expressas na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996.

Diante desse contexto, pergunta-se: é possível que ocorram avanços no âmbito educacional no Brasil?

Com a ampliação da educação básica, principalmente pós-LDB, a educação avançou no Brasil.<sup>4</sup> Segundo Costa (2013), o avanço foi de 128,3%, sendo principal responsável pela melhora do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que cresceu 47,5%, saltando de (0,493) para (0,727). O referido autor destaca, também, que o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) mostra evolução em todos os indicadores da educação.

Os dados estatísticos levantados pelo Pnud<sup>5</sup> apontam que o número de crianças de cinco a seis anos matriculadas na escola passou de 37,3% para 91,1%. O total de

---

<sup>4</sup> Cf. Costa (2013).

<sup>5</sup> Cf. Costa (2013).

jovens entre 11 e 13 anos nos anos finais do Ensino Fundamental cresceu de 36,8% para 84,9%. A taxa de jovens de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo chegou a 57,2% em 2010, quando, duas décadas atrás, contabilizava 20%.

Tais resultados decorrem da democratização do acesso à educação nos diversos níveis de ensino, com destaque às ações voltadas para a formação continuada de professores, ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, ao sistema Universidade Aberta do Brasil, priorizando a formação dos professores que atuam na educação básica, seguidos dos coordenadores pedagógicos e gestores, entre outros profissionais que atuam na área educativa.

Não há como negar que, com o sistema de produção de mercadoria, de divisão social do trabalho, de revolução industrial, tecnológica, de trabalho monopolista simples e complexo, a educação escolar expandiu, tornando-se objeto de políticas de estado, de disputas expressas por organização de trabalho, de material didático, de cursos de formação de professores, pedagogos, gestores, entre outras ações na busca de atender aos interesses capitalistas. Segundo Frigotto (1994), seguindo a lógica do mercado, uma educação e formação que desenvolvam habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzem competências para a produtividade e competitividade e, conseqüentemente, para a empregabilidade.

Isso demonstra que o processo produtivo tem implicações na educação escolar, induzida pelo projeto neoliberal para formar intelectuais necessários ao desenvolvimento das funções essenciais, decorrentes da divisão social e técnica do trabalho, sobretudo, dos avanços técnico-científicos, da reestruturação do sistema de produção capitalista e das políticas educacionais pautadas nas orientações de organismos internacionais. Daí a importância de uma educação escolar com uma tomada de consciência política que busque as condições adequadas de interações sociopolítico-econômica e cultural inseridas no trabalho educativo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo revela que trabalho e capital são radicalmente opostos, mas este não sobrevive sem a exploração do primeiro, subordinando-o à sua lógica. Nesse processo de subordinação do trabalho ao capital, este busca atrelar a si próprio as outras formas de práxis humana, dentre elas, a educação.

O referencial teórico pontua as relações entre trabalho e educação nas transformações históricas da organização do trabalho e as exigências desta na organização da educação para o trabalho e para a manutenção das relações de produção. O estudo destaca a importância da internalização de uma concepção de trabalho e educação com abrangência a todas as dimensões da vida do ser humano.

Portanto, a educação deve se voltar para a superação da alienação inerente à ordem social capitalista, tornando consciente esse processo do trabalho educativo em sentido amplo, de tal forma que haja o reconhecimento e a responsabilidade pela manutenção ou mudança inerente à visão de mundo, de sociedade e de homem e, conseqüentemente, das condições de existência e das interações sociopolítico-econômica e cultural.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Revisão técnica e apresentação de Adriano Correia. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- COSTA, L. C. Avaliação da educação básica: versões e projetos. **Revista Retratos da Escola** (Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – Esforce –), Brasília, v. 7, n. 12, p. 11-25, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso: 26 mar. 2016.
- ENGUITA, Mariano Fernández. **Trabalho, escola e ideologia**: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artmed Sul, 1993.
- FERREIRA, A. B. de. **Mini Aurélio, século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERRETTI, Celso João *et al.* **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. As mudanças tecnológicas e educação da classe trabalhadora: politécnica, polivalência ou qualificação profissional? In: KUENZER, A. Z.; FRIGOTTO, G. *et al.* **Trabalho e educação**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Síntese do Simpósio).
- GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.
- MACHADO, Lucília R. de S. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João *et al.* **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- NOSELLA, Paolo. Do tripalium da escravatura ao labor da burguesia. In: GOMEZ, Carlos M.; FRIGOTTO, Gaudêncio *et al.* **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **A “periferia” do capital**: na cadeia produtiva de eletroeletrônicos. Manaus, AM: Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- ROPÉ, Françoise; TANGUY, Lucie (Org.). **Saberes e competências**: o uso de tais noções na escola e na empresa. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J. *et al.* (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- \_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- \_\_\_\_\_. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J. *et al.* (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

SEVERINO, A. J. **Filosofia da educação**: construindo cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

TEDESCO, Juan C. **Qualidade da educação e políticas educacionais**. Brasília: Liber, 2012.

VALLE, Izabel. Inovações tecnológicas e qualificação profissional. In: OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **Trabalho, educação, empregabilidade e gênero**. Manaus, AM: Universidade Federal do Amazonas, 2009.

**Data da submissão:** 27/04/2016

**Data da aprovação:** 23/08/2016